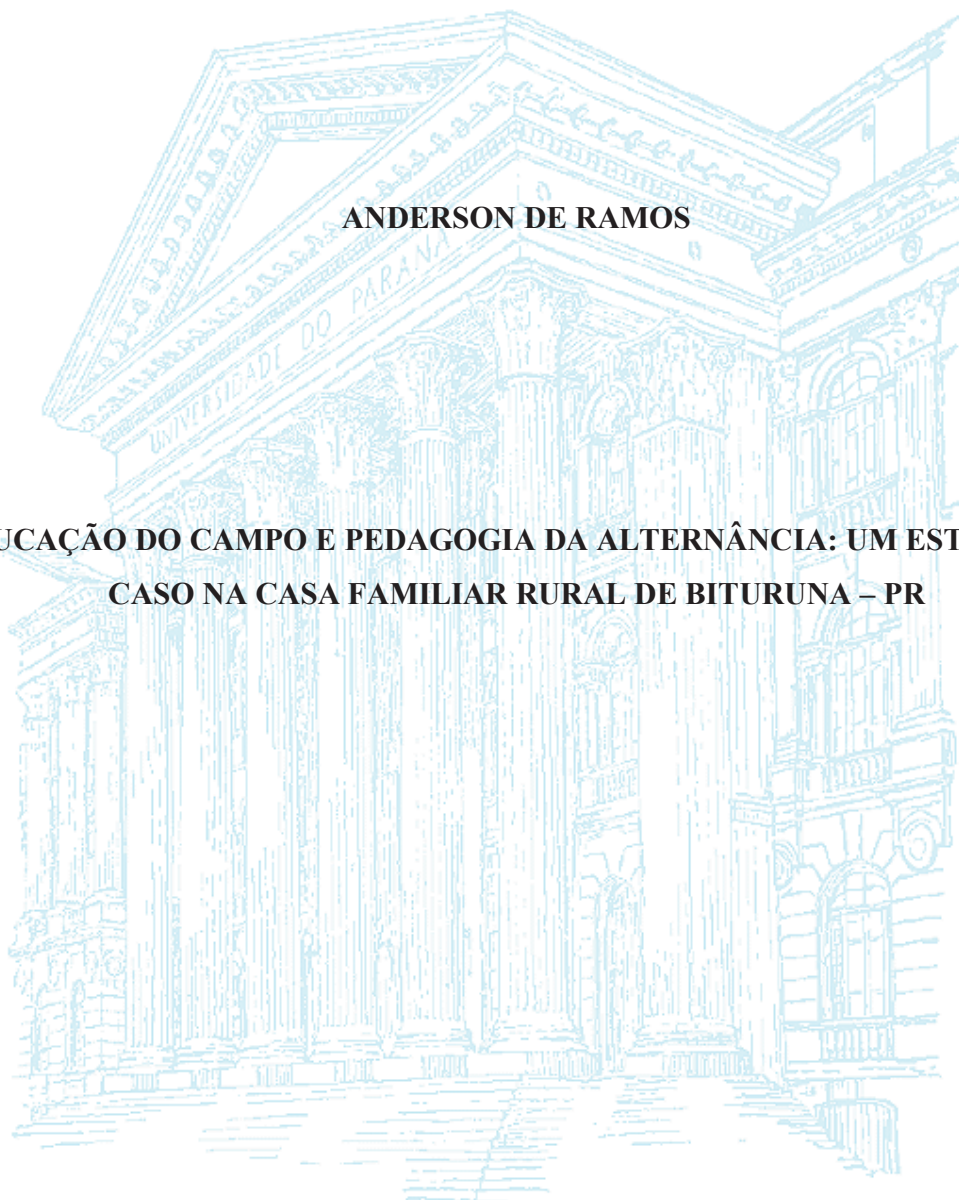


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E REALIDADE BRASILEIRA A
PARTIR DE SEUS PENSADORES

ANDERSON DE RAMOS

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM ESTUDO DE
CASO NA CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA – PR



MATINHOS

2019

ANDERSON DE RAMOS

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM ESTUDO DE
CASO NA CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA – PR**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira a Partir de seus Pensadores, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Eduardo Harder.

MATINHOS – PARANÁ

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **ANDERSON DE RAMOS** intitulada: **Educação do Campo e Pedagogia da Altemância: Um Estudo de Caso na Casa Familiar Rural de Bituruna - PR**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 13 de Outubro de 2019.

Eduardo Harder
 EDUARDO HARDER

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Roberto Antonio Finatto
 ROBERTO ANTONIO FINATTO

Avaliador Interno

p/ *Andrea Fochista (Coord.)*
 VALDIRENE MANDUCA DE MORAES (POR PARECER)

Avaliador Interno

“Todos os que iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”.

(AB’SÁBER, 2003, p. 9).

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA – PR

Anderson de Ramos
(Educação do Campo e Realidade Brasileira a Partir de seus Pensadores/as - UFPR Litoral)
desonramos@gmail.com

Orientador: Prof^o. Dr. Eduardo Harder
(PROFCIAMB/UFPR)
eduardoharder@gmail.com

RESUMO

O campo brasileiro viveu esquecido durante muito tempo, pelo menos no que se refere à educação voltada para os mais necessitados, até o surgimento de fortes movimentos sociais que propusessem em discussão a verdadeira realidade dos sujeitos do campo, bem como o seu importante papel para a população em geral no sentido de dar maior visibilidade a questão educacional no campo e também dispor de sistemas pedagógicos de ensino voltados para as pessoas desse espaço em específico. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva apresentar as conceituações e principais discussões acerca da Educação do Campo bem como de seu surgimento enquanto política pública recente, propõe-se também uma discussão acerca dos movimentos sociais, que foi o espaço em que essa temática foi debatida profundamente, para depois poder tornar-se, através dos múltiplos vieses e pressões, uma política pública também de responsabilidade dos órgãos estaduais e federais. Ainda no debate sobre Educação do Campo, procura-se também expor e discutir um sistema pedagógico conhecido nessa área enquanto um dos sistemas que mais se adapta ao bojo educacional e do trabalho no campo, a Pedagogia da Alternância, que vem sendo uma das formas mais eficazes da Educação voltados para o público do campo e com uma aplicação prática considerável, unindo realidade dos sujeitos da Educação do Campo com o conhecimento adquirido, além do melhor aproveitamento da relação temporal/espacial na relação trabalho e Educação. Não obstante, a concretude da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância ainda perpassa pela sua aplicação prática, e nesse momento faz-se necessário dar ênfase em um sistema de Escolas do Campo que ganhou espaço na educação voltada para esse meio, principalmente nos locais em que se desenvolvem atividades rurais nas propriedades familiares. Para tanto, discute-se o papel das Casas Familiares Rurais na formação e permanência dos sujeitos do campo, para que estes possam desenvolver uma melhor qualidade de vida em suas propriedades e, ao mesmo tempo, possam estudar, mantendo, dessa forma mantendo os sujeitos que vivem no e do campo, colocando como campo de pesquisa, a problemática na CFR do município de Bituruna/PR.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Casas Familiares Rurais; Bituruna.

FIELD EDUCATION AND PEDAGOGY OF ALTERNANCE: A CASE STUDY IN THE RURAL FAMILY HOUSE OF BITURUNA – PR

Anderson de Ramos
(Desenvolvimento Rural Sustentável - IFSC Canoinhas)
desonramos@gmail.com

Orientador: Prof^º. Dr. Vilson Cesar Schenato
vilson.cesar@ifsc.edu.br

ABSTRACT

The Brazilian countryside has been forgotten for a long time, regarding the education at those most in need. Until the strengthening of rural social movements and supporters who proposed in discussion the reality of rural subjects, as well as their important role for the construction of an inclusive society, with the strengthening of peasant knowledge and the insertion of an efficient education policy so that these subjects can live and study with quality, and organize, improve and increase the production of quality food. In this sense, the present work aims to present the conceptualizations and main discussions about Rural Education as well as its first formations as public policy, through a discussion about social movements, which was the space in which this theme was deeply debated, to then it can become, through multiple biases and pressures, a public policy also under the responsibility of state and federal agencies. Still in the debate about Rural Education, it is also sought to expose and discuss a well-known pedagogical system in this area as one of the systems that best fits the educational field and work in the field, the Alternation Pedagogy, which has considerable acceptance and mobility, adapting to the realities of the subjects of the field, which brings together various elements, making the theory and practice of the reality of the subjects, indispensable in education, as well as better use of the temporal / spatial relationship in the relationship work and education. In time, the research describes the day-to-day field education and alternation pedagogy being developed at Bituruna Rural Family Home. As the reality of the CFRB appears, it is clear that the advances are also full of contradictions and that the difficulties in maintaining the school run through a series of responsibilities. This work is developed with the help of research of bibliographic materials and sources, CFRB documents, laws, theses and articles and a research using semi-structured questionnaire, with the participation of CFRB educators, who bring the context of Rural Education and the challenges in the constant improvement of education and the subjects that are part of the diagnosis of such reality.

KEYWORDS: Rural Education. Rural Family Schools. Contradictions. Bituruna.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CASAS FAMILIARES RURAIS.....	10
2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITUAÇÕES E DISCUSSÕES.....	10
2.2 OS ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.....	16
2.3 CASA FAMILIAR RURAL: RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	20
3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO UNIVERSO DA PESQUISA: MUNICÍPIO DE BITURUNA E A CASA FAMILIAR RURAL.....	25
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BITURUNA – PR.....	25
3.2 HISTÓRICO DA CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA.....	27
4. A CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA – PR: CARACTERÍSTICAS E COTIDIANO.....	32
4.1 ATENDIMENTO INDIVIDUAL.....	36
4.2 MESA DA PARTILHA.....	37
4.3 VISITA ÀS PROPRIEDADES RURAIS.....	38
4.4 VISITA ÀS PROPRIEDADES DOS ALUNOS.....	38
4.5 PRÁTICAS DE ESTÁGIO.....	39
4.6 PROJETO PROFISSIONAL DE VIDA DO JOVEM.....	40
4.7 AULAS DE CAMPO PRÁTICAS.....	40
4.8 COLOCAÇÃO EM COMUM.....	42
4.9 INSERÇÃO DOS ALUNOS NAS ATIVIDADES DA ESCOLA.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
6. REFERÊNCIAS.....	48
7. ANEXOS.....	50

1. INTRODUÇÃO

A análise de percurso da educação não se restringe a somente um campo do conhecimento científico, por vezes, é necessário que se faça uma ponte interligando as variadas faces do conhecimento empírico para que se consiga um bom resultado. Portanto, o estudo sobre Educação do Campo e seus sujeitos demandam de uma busca de aspectos teóricos e práticos para que se possa embasar um estudo que consiga abranger a parte científica e a parte empírica, no que diz respeito a uma análise das várias realidades apresentadas no campo, a realidade de quem está fazendo o estudo e a realidade dos sujeitos do campo que participam da formação do mesmo.

Assim, os estudos voltados para a problemática do presente trabalho visa expor a essencialidade de uma educação que seja de qualidade e adequada aos sujeitos do campo, fazendo com que os sistemas pedagógicos sejam adequados aos sujeitos, para que estes possam desenvolver as suas atividades sem a necessidade de evadirem-se daquele espaço. Ainda, também vê-se a necessidade de discutir o papel de uma escola de qualidade no meio em que os membros do campo residem. Apresentando, dessa maneira um panorama de como encontra-se esses sujeitos na composição social, real e relacional nos quais os mesmos fazem parte.

Para tanto, o primeiro capítulo apresenta as conceituações e principais discussões acerca da Educação do Campo bem como de seu surgimento enquanto política pública recente, propõe-se também uma discussão acerca dos movimentos sociais, que foi o espaço em que essa temática foi debatida profundamente, para depois poder tornar-se, através dos múltiplos vieses e pressões, uma política pública também de responsabilidade dos órgãos estaduais e federais. Ainda no debate sobre Educação do Campo, procura-se também expor e discutir um sistema pedagógico conhecido nessa área enquanto um dos sistemas que mais se adapta ao bojo educacional e do trabalho no campo, a Pedagogia da Alternância, que vem sendo uma das formas mais eficazes da Educação voltados para o público do campo e com uma aplicação prática considerável, unindo realidade dos sujeitos da Educação do Campo com o conhecimento adquirido, além do melhor aproveitamento da relação temporal/espacial na relação trabalho e educação.

Não obstante, a relação entre as concepções e a concretude da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância ainda perpassa pela sua aplicação prática, e nesse momento faz-se necessário dar ênfase em um sistema de Escolas do Campo que ganhou espaço na educação voltada para esse meio, principalmente nos locais em que se desenvolvem atividades rurais nas

propriedades familiares. Para tanto, discute-se o papel das Casas Familiares Rurais na formação e permanência dos sujeitos do campo, para que estes possam desenvolver uma melhor qualidade de vida em suas propriedades e, ao mesmo tempo, possam estudar, mantendo, dessa forma os jovens e adultos no campo. O presente trabalho coloca o povo do campo como sendo sujeito transformador e formador de sua própria realidade, não como seres individualistas que visam o lucro, mas com a proposição de uma forma de agir e pensar o campo de formas diferentes, que coloca os sujeitos do campo como transformadores de tal espaço e que, portanto, necessita de política pública específica para fortalecer esses sujeitos, contribuindo para um melhor acesso à educação, educação voltada as particularidades regionais e aos atores que fazem parte desse espaço.

Em um segundo momento, objetivando trazer mais do que proposições teóricas, expõem-se uma apresentação de uma escola do campo que permita refletir sobre os aspectos apresentados anteriormente e analisar, de forma mais ampla, os projetos que esta contém em sua concretude, tanto enquanto Escola do Campo quanto na sua especificidade para os sujeitos que participam do desenvolvimento e construção.

A busca por métodos e pedagogias que fossem adequadas a educação para aquela realidade de sujeitos envolvidos tomou caminhos diferenciados e tampouco poder-se-ia dizer que tais métodos e metodologias se parecem com uma escola convencional, até mesmo as escolas que fazem parte do contexto vivido no campo.

Ao passo que havia o desenvolvimento de metodologias e pedagogias que dessem conta de ensinar e, ao mesmo tempo, ensinar a partir da/e para a realidade dos educandos e sujeitos da construção de uma educação adequada para os mesmos, desenvolvia-se também, paralelamente, sujeitos capazes de agir sobre o meio de forma mais consciente e sensível.

Os estudos e pesquisas realizadas visaram não só trazer a realidade da Casa Familiar Rural de Bituruna a partir da realidade dos próprios sujeitos que a construíram e que a mantém, mas também busca encontrar, na consolidação das CFRs no campo brasileiro, o que seria uma forma de educar para o mundo do trabalho com uma escola e metodologias que possam ser consideradas, apesar de todas as dificuldades, as mais adequadas para propor uma Educação do Campo formulada e construída a partir da necessidade e interesse dos próprios sujeitos de um determinado lugar.

Em continuidade, a pesquisa foi realizada com o auxílio de realização de um questionário semiestruturado simples, de resoluções dissertativas, com 7 educadores/as da rede básica estadual e do ensino técnico, que atuam na CFR de Bituruna-PR, afim de estudar as atividades e mudanças ocorridas e que foram percebidas pelos/as educadores/as que afetaram a qualidade do ensino durante os anos em que as políticas e/ou mudanças foram aplicadas.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO¹ E AS CASAS FAMILIARES RURAIS

Em um primeiro momento, a discussão sobre Educação do Campo demanda de um resgate histórico das origens dos debates sobre a temática e que são essenciais para um debate mais efetivo. Em seguida, é importante também ressaltar o papel das pedagogias adotadas para se conseguir os devidos resultados no que concerne à Educação do Campo, para que as escolas não apenas reproduzam o mesmo modelo de educação adotado para os meios urbano, além de saber quais pedagogias utilizar no sistema de educação que utiliza da relação tempo/escola/sujeito que compõem o espaço estudado na presente pesquisa, ainda, se faz útil debater sobre a necessidade de especificação do estudo “em” e “sob” os aspectos das comunidades que participam da construção das escolas, que fazem uso ou são influenciados pelas pedagogias adotadas e fazem parte do contexto social e histórico de um determinado lugar.

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITUAÇÕES E DISCUSSÕES

A pressão causada no campo para os agricultores familiares², por parte dos grandes produtores, tornou o campo um lugar e espaço de divisão social, diferenças econômicas, com frequentes conflitos, levando, muitas vezes, os pequenos produtores rurais e proprietários familiares a evadir-se do campo em direção aos centros urbanos em busca de novas

¹ Espera-se, nesse trabalho, que o leitor não confunda Educação do Campo com Educação Rural. A primeira se dá no âmbito mais completo do conhecimento dos sujeitos, levando-se em consideração a realidade de cada um. A última muitas vezes esquece a própria realidade de cada sujeito, voltada para uma visão mais exterior e comum, que tem como referência o produtivismo, o Campo somente como lugar de produção de mercadorias (FERNANDES; MOLINA, 2003).

² Na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim definida: Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

oportunidades. Tornando, assim, necessário voltar os olhares para uma maior eficácia na produção bem como da manutenção das pessoas no campo para que estas não contribuam para a evasão do meio rural e conseqüente aumento das áreas urbanas. Fazia-se necessário colocar essa prerrogativa nas esferas políticas da época, no surgimento de novas ideias que eram suficientemente fortes para poder colocar em prática alguns projetos que tinham como objetivo a educação para o mundo do trabalho no campo brasileiro.

A educação “um direito de todos” já se tornara um dos elementos mais essenciais na vida dos jovens e no conviver das sociedades atuais. Essencialmente, no campo, essa prática tornou-se indispensável para o desenvolvimento das famílias que lá estão e/ou estarão. Em sua base de utilização e sua construção histórica, a educação têm sido um dos debates mais do que atuais em âmbito mundial, por isso, tornou-se mais que primordial compreendê-la de forma relacional aos sujeitos que a constroem. Foi em seminários e conferências nacionais e internacionais que se formaram as ideias iniciais para tratar a Educação do Campo como parte integrante da formação dos sujeitos que residem nesse meio.

Os debates e conhecimentos, pelo menos no que confere ao Brasil, acerca de um tema atual são ainda percebidos como atrasados no que concerne a educação voltada para o meio rural são recentes, já que os embates políticos sobre a questão envolve a prática de estudos ainda pouco desenvolvidos, apesar da enorme luta e confrontações já conhecidas que promulgaram a questão do campo enquanto espaço de desenvolvimento de sociedades, mas que pouco a divulgaram devido ao lermo interesse das esferas políticas em politizar a questão da educação no meio rural desse país. De acordo com Arroyo; Caldart; Molina (2011), sobre a realidade da Educação do Campo brasileiro:

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o Campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do Campo foi negado o acesso aos avanços obtidos [...] no reconhecimento e garantia do direito à Educação básica. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 10).

Através desse tipo de discussão que colocou-se em pauta as questões rurais para serem discutidas mais profundamente, pois o legado histórico rural estava definindo-se para um esgotamento das pequenas propriedades rurais e possível esvaziamento do campo.

Depois de tanto alongar os assuntos voltados para uma temática diferente da convencional do meio urbano, tornaram-se necessários a execução de certos afazeres para tornar

o meio rural mais favorecido ao tratar de questões essenciais para o espaço pelo qual as pessoas que residem nesse meio mais lutam (as melhores condições de vida através de uma Educação mais específica e especializada estavam por ser conceituada e debatida a nível nacional).

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como *Educação Básica do Campo* no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada *Educação do Campo* a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012, p. 259).

A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo propunha desafios iniciais primordiais para uma discussão mais específica com relação ao assunto tratado. Primeiramente, era necessário saber como se encontra a atual situação da Educação no Campo brasileiro, para que, posteriormente, propor uma educação mais específica e diferenciada enquanto uma alternativa para os jovens e moradores no campo além destes terem acesso ao que antes os era negado historicamente, devido aos desinteresses das esferas políticas em propor políticas públicas de qualidade que abrangesse tais sujeitos e tais discussões.

As esferas políticas foram ouvidas e a Educação para o Campo³ foi colocada em discussão e, logo, se tornou um problema para as pequenas propriedades, pois ela chegou em uma configuração adequada para o agronegócio, tornando a questão da necessidade dos camponeses supérflua quando comparada a necessidade de reprodução do capitalismo a partir do agronegócio. Portanto, a educação reproduziu-se de uma maneira capitalista, marginalizando ainda mais os já desfavorecidos pelas políticas públicas que eram os camponeses e tornando mais limitado ainda o acesso à educação específica e de qualidade para os que mais necessitam dela, já que as propriedades familiares representavam cerca de 3,897 milhões de estabelecimentos, ou seja, 76,8 % dos estabelecimentos rurais, mesmo utilizando o equivalente a 23 % da área total destinada a agropecuária no país, conforme dados do CENSO Agropecuário de 2017. Ainda, as propriedades familiares representam 74,4 % da mão de obra, considerando as cerca de 10,16 milhões de

³ A Educação do Campo refere-se a Educação almejada para o campo brasileiro, outrora, tido como atrasado, mas hoje em discussão pela sociedade, já que o campo é o mantenedor das pessoas que residem em áreas urbanas. A Educação para o Campo é conceituada como sendo aquela específica para as propriedades de exploração, com objetivos definidos para o viés do lucro no Campo, sem levar em consideração o desenvolvimento social da população local e regional de determinado espaço. Já a Educação no Campo é aquela que se encontra na realidade dos sujeitos do Campo, com pouco incentivo das instituições municipais, estaduais e federais, esta refere-se ao que se passa no presente momento nas sociedades que residem e vivem do Campo.

pessoas ocupadas no campo, enquanto que as propriedades não familiares compunham o restante (25,6%) da mão de obra (IBGE, 2017).

Percebe-se, portanto, que a população que mais necessita de educação de qualidade no meio em que exerce suas atividades para poder viver de uma maneira mais digna, foi justamente a menos beneficiada com a política de incentivo à Educação para o Campo, já que esta veio acompanhada de um sistema controlador capitalista, que formavam pessoas para o agronegócio e não para o trabalho na propriedade e comunidade com a finalidade do desenvolvimento da qualidade de vida, mas sim primava por um desenvolvimento apenas econômico, para poucas pessoas e para muita terra. Como bem ressalta Roseli Salette Caldart (2012):

Durante a I Conferência Nacional, houve um debate acalorado pela reentrada do Campo na agenda nacional, o que acabou acontecendo na década seguinte, mas não pelo polo do trabalho, e sim, pelo polo do capital, materializado no que se passou a denominar agronegócio, promovendo uma marginalização ainda maior da agricultura Camponesa e da Reforma Agrária, ou seja, das questões e dos sujeitos originários do movimento por uma Educação do Campo, (Caldart, 2012, p. 261).

A maneira que se deu o desmanche da questão educacional do campo durante essa conferência propunha finalidades diferentes do que realmente aconteceu na prática e os órgãos competentes pela formação de um contexto diferente necessitaram de novos espaços e debates para alcançar o real objetivo. Os movimentos sociais, os movimentos que mais lutaram por uma Educação do Campo de qualidade, articularam-se novamente para um novo debate sobre o tema central, o que os levou a Segunda Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, com o lema “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”, expressaram bem o que esperavam do Estado na configuração do poder público que têm o dever de manter a Educação do Campo (CALDART, 2012).

Na atualidade, a promessa de uma educação de qualidade repercute em todas as esferas políticas, que acreditam ser a base para o bom desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Apesar de essa problemática ser bem clara em todas as esferas, ainda vê-se dificuldades na aplicação prática dos projetos e sistemas pedagógicos educacionais que realmente relacionem a realidade dos alunos com a vida prática e o dia a dia dos mesmos. Além do mais, é mais fácil e barato tratar a educação de uma forma generalizada e comum, do que tratá-la nas suas localidades regionais de formas diferentes, para que esta realmente funda-se com a realidade

dos educandos. A educação por se constituir a base do desenvolvimento de qualquer sociedade é, sem dúvida, um tema importante e um grande desafio para os governos, dos pesquisadores, e da própria sociedade. A todos cabe, não só a tarefa de valorização do investimento em pesquisa, mas também na gestão, considerando a tudo e a todos que participam do processo, (PASSADOR, 2006).

Ao tratar desse assunto, o autor expõe que a educação vem ganhando cada vez mais importância nas esferas sociais e políticas que prometem a adequação de novos sistemas educacionais para uma maior eficácia e solidez no que se refere a essa prática social.

Não se trata, portanto, de um sistema educacional que não funciona, mas sim de vários sistemas deficitários que ainda não se encontram na melhor forma de sua produção teórica para a realização de sistemas educacionais com ênfase no processo relacional e real dos educandos. Já que os mesmos sistemas permeiam por decisões de ordem política e econômica e não simplesmente de ordem prática e de necessidades, podem ser inseridos em um meio mais comum de serem praticados e acabam por deixar de lado as questões locais e regionais nas particularidades de cada sistema social.

Direitos usurpados, negados. A Educação do Campo não fica apenas na denúncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à Educação que vem sendo negado à população trabalhadora no Campo. [...] As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o Campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do Campo foi negado o acesso aos avanços obtidos nas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à Educação básica. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

Os sistemas políticos definidos para a educação não consideram importantes as medidas tomadas a partir da realidade vivida de cada indivíduo e deste com a comunidade em que vive. A educação na prática constitui, portanto, um fenômeno não específico e com relativos atrasos com relação as necessidades construídas, realidade bem diferente do paradigma teórico considerado como ideal.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de Educação dos trabalhadores do Campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de Educação. Segundo Williams, “sempre é difícil datar uma

experiência datando um conceito, porém, quando aparece uma palavra – seja uma nova ou um novo sentido de uma palavra já existente –, alcança-se uma etapa específica, a mais próxima possível de uma consciência de mudança” (CALDART, 2012, p. 259).

A forma de atuação dos sujeitos do campo transcende a capacidade de acompanhamento das políticas desenvolvidas, pois esses sujeitos movem-se no espaço tanto quanto no tempo, não ficam parados no tempo para serem atrasados como ainda há pouco era considerado, portanto, são sujeitos dinâmicos e que acompanham o desenvolver das relações campo e cidade, por isso, para Caldart (2012, p. 259) a Educação do Campo constitui “um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”.

Diferentemente dos demais lugares, o campo é um espaço em que o sujeito pode viver sem a massiva influência do capitalismo ditando como deve ser a vida a partir da natureza exploratória do ser humano e ao mesmo tempo implica em uma continuação da vida a partir do trabalho contornando lógicas de uma agricultura baseada no capitalismo alienador que mantém sociedade e natureza reféns de um sistema com movimentado pelo lucro.

Objetivo e sujeitos remetem a educação às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais, esta última sempre moldada pelos movimentos sociais, dos camponeses nos pontos extremos da desigualdade social e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de consumo e de agricultura que implicam diretamente no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas (provenientes de um poder oriundo das classes mais abastadas), de educação e de formação humana (CALDART, 2012).

Pois, é essencialmente dos movimentos sociais, sindicais do campo que conseguiram as mudanças mais fortes no sistema, além de avanços consideráveis no que tange as políticas de incentivo a produção, educação, saúde, etc. no campo. Também é nestes movimentos que observa-se a construção de lideranças capazes de discutir e implementar novas possibilidades, bem como testar pedagogias educacionais que sejam fruto de uma construção coletiva, que valorize o ser humano, a sua cultura, através da construção da identidade de classe como possibilidade da “real” mudança no sistema atuante para com o sistema almejado.

A cada discussão empregada nas conferências, seminários e discussões que repercutem um tema específico com relação ao campo brasileiro forma-se uma identidade cada

vez mais consolidada e única na luta por uma educação de qualidade que prima pelo desenvolvimento do sujeito e não pelo sistema alienante. Assim, identificam “avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento”. A precarização do avanço das ideias para um avanço em âmbito nacional foi causa sistema político atuante no país, que tornou a realidade totalmente diferente da proposta pedagógica que se pretendia, (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011).

Além disso, a não divulgação de alternativas diferentes das formas convencionais de produção para a manutenção dos sujeitos no campo propôs uma ideologia (teoria com fim em si mesma) de que há uma enorme contradição entre rural e urbano e acabou por deixar de aparecer o mais óbvio, que rural e urbano são dependentes um do outro, por isso dever-se-ia haver uma maior valorização dos sujeitos do campo por parte das políticas públicas no país. Desde as discussões propostas na II Conferência por uma Educação do Campo as práticas de Educação têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas.

2.2 OS ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A reflexão do tipo de sistema de ensino é sentido diretamente pelas pessoas envolvidas no processo ensino/aprendizagem, bem como da formação do indivíduo para o mercado de trabalho e/ou mundo do trabalho. No entanto, a formação, ora contínua, ora parcial, fomenta um caminho ainda não trilhado e, através de seus meios, a especialização e estudo do espaço em que se trabalha e, sobretudo, vive é que traz o sujeito para a discussão da sua realidade a partir das possibilidades e fatos reais e particulares ao sujeito, ou seja, a partir do que encontra-se intrinsecamente ligado à realidade dos sujeitos.

Pois, é também, quando se fala em trabalho que a educação, seja ela proveniente do Estado ou não, aparece como caminho principal a ser seguido. Para se chegar a escala do desenvolvimento, antes se deve chegar a escala de tal desenvolvimento de discussões teóricas com os verdadeiros objetivos bem definidos, implicando, assim, nos propósitos e ações envolvidas no papel principal do contexto da Educação e, mais especificamente, da Educação do

Campo. Para tanto é necessário que as ideias sejam apresentadas sejam postas em prática para a aprovação ou não de projetos que poderiam se tornar a solução para alcançar tais objetivos e melhor definir tais propósitos, imbricando na mudança de modelos pré-definidos de economia para ser seguida como exemplo.

Não dá para desvincular o papel da educação de seus verdadeiros objetivos. Verdadeiramente, trata-se de argumentos sobre um modelo que se pretende alcançar e um modelo já adotado, e este último necessita de mudanças.

O que no período inicial destes debates não estava tão evidente como hoje é que o quadro em que esta nova/velha luta se inseria era o de transição de modelos econômicos que implicava um rearranjo do papel da agricultura na economia brasileira (CALDART, 2012, p. 261).

Trata-se, portanto, de uma formação para o mercado de trabalho, e não de uma formação para o mundo do trabalho. A diferença entre esses dois tipos de formação ou preparação dos jovens está, principalmente, na parte em que o mercado de trabalho é o grande definidor do tipo de vida que o jovem terá. Enquanto que o mundo do trabalho é a experiência para a vida com o trabalho, em sua melhor definição (não prepara o jovem para ser explorado pelo mercado de trabalho) (PASSADOR, 2006).

Os desafios para a Educação no Campo brasileiro ainda encontra-se apenas no início, e pouco se houve falar em um incentivo governamental para uma educação mais específica realmente adotada no, e voltada para o, campo brasileiro, com exceção de poucos projetos mantidos mais pelos próprios sujeitos do que pelo Estado. Ainda que as diretrizes curriculares da Educação do Campo estejam priorizando em certas regiões uma aplicação educacional do campo com maior participação do governo estadual e federal, falta muito para que a realidade dessa Educação em particular se solidifique enquanto algo realmente eficaz para a melhora na qualidade de vida dos sujeitos que por lá vivem e residem.

O sistema educacional conhecido hoje como Pedagogia da Alternância é relativamente jovem, se for considerar a sua implantação nas áreas rurais do campo brasileiro, e mais jovem ainda se for considerar a solidez desse sistema, que é uma proposta que vem ganhando espaço, mas com um modesto desenvolvimento. Para aqueles que fazem uso desse sistema pedagógico nas áreas rurais dos municípios, essa proposta não poderia apresentar-se de outra maneira que não a mais eficaz na Educação do Campo. Isso devido a preocupação maior

dos sistemas educacionais em utilizar o tempo da melhor maneira possível, unindo trabalho e educação, família e escola, teoria e prática. (CORDEIRO; REIS e HAGE; 2011).

Ainda pouco explorado no Brasil, o sistema de pedagogia de alternância é considerado relativamente novo, enquanto sistema de ensino pedagógico, mas com boas promessas para o futuro da educação, principalmente no que se refere a Educação do Campo.

Os jovens que estudam nas escolas que adotam ou adotaram esse sistema fazem um aproveitamento melhor do tempo destinado a eles para educação e, ao mesmo tempo, com uma educação mais específica voltada para a realidade dos sujeitos, tem a oportunidade de capacitarem-se para as atividades desenvolvidas em sua propriedade ou nas comunidades em que estes residem.

Por outro lado, quando os educandos retornam da escola para casa, estes têm a oportunidade de colocar em prática parte do conhecimento que apreenderam na escola, com isso há uma maior promessa de que o jovem permaneça na propriedade ou na comunidade por mais tempo, antes que contribua para o que chamamos de êxodo rural, além do mais, a uma significativa melhora na qualidade de vida dos jovens, já que os mesmos adquirem conhecimento para melhor utilizar o que têm disponível para o trabalho realizado em sua propriedade.

Esse sistema pedagógico diferenciado nasce da insatisfação com o modelo de educação oferecido na França dos próprios moradores do campo, que pouca oportunidade tinham de manterem-se no campo enquanto estudavam, já que o conteúdo oferecido nas escolas não se aplicavam na vida prática dos estudantes. O movimento de camponeses e populações do meio rural pela materialização de uma educação diferenciada para seus filhos nasce na França, com base na alternância pedagógica entre escola e família, no período entre as duas guerras mundiais que abalaram o século XX. A razão dessa ação corresponde à inquietação de um pai, na década de 1930 [...], membro do sindicato de agricultores, com a insatisfação de seu filho para continuar os estudos na escola, posto que sua organização curricular se distanciava da realidade que primavam os camponeses franceses (CORDEIRO; REIS e HAGE, 2011).

A nova conjuntura de medidas educacionais tomadas para educar de forma contínua e alternada os jovens que necessitavam trabalhar se fez útil para os moradores do campo e logo espalhou-se pela França, consolidando-se de maneira eficaz quando uniram um sistema pedagógico diferente (o de Pedagogia da Alternância) com as *Maisons Familiales Rurales* (Estevam, 2003) que foram criadas em 1938 fez crescer o número de adeptos do campo, ao

mesmo tempo em que se formara uma lei na França que tornara o método adotado pelas *Maisons Familiales Rurales* obrigatório para os jovens do campo.

A consolidação do método das escolas espalhou-se ainda pela Europa e, em 1969 chegou à América Latina, mais precisamente, no Estado do Espírito Santo, no Brasil. Ainda continuou a difundir-se pelo restante da América, chegando na América do Norte em 1999.

A condição de proposta inicial de implantação desse novo sistema pedagógico originado na França chegou ao Brasil com nítidas influências italianas em um modelo que acabou fundindo-se com as (HAGE Apud, 2011) “Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs)”. Assim, formou-se um novo modelo de “fazer” Educação a partir de uma escola com características diferenciadas e um sistema pedagógico novo, o de alternância.

As propostas de ensino voltadas para a questão da realidade dos sujeitos do Campo, bem como da prática de pedagogias que abrange essa questão é mais antiga que os próprios debates políticos nacionais e estaduais, sendo que estes últimos surgiram bem recentemente, quando comparados à própria história dos movimentos que formalizaram a Educação do Campo no Brasil. Pode-se dizer que a prática, nesse caso, veio antes que o debate teórico sobre as propostas de Educação do Campo e que as formalidades para um debate mais amplo sobre o assunto demorou quase trinta anos para alcançar o que já era projeto consolidado.

A Pedagogia da Alternância é, pois, uma maneira moderna de poder aliar educação e trabalho para os mesmos sujeitos, fazendo com que a educação chegue mais precocemente cada vez mais para o povo do campo através da facilidade do acesso a educação, que deve ser pública, por meio dos programas desenvolvidos pelas escolas que adotam a alternância para preparar os jovens para o mundo do trabalho, pois estes têm direito a educação assegurada pela constituição, além do mais, quanto antes o sujeito conhece o meio em que atua antes se desenvolve de maneira mais qualificada para tais ações em tais espaços.

Assim, a Pedagogia da Alternância passa a ser entendida como uma metodologia que favorece o acesso à permanência dos jovens e adultos do Campo nos processos escolares, antes dificultada por sua característica seriada e estanque, sem articulação com a realidade e os modos de vida rural (CORDEIRO; REIS e HAGE, 2011, p. 120).

Antes de primar por conhecimento, a Pedagogia da Alternância, zela pela formação humana do sujeito social, com direitos de educar e ser educado no tempo que for possível,

seguindo alguns padrões normativos, do acesso ao trabalho, ao lazer e às horas vagas para seus afazeres de costumes. Por isso, a formação torna-se mais completa a partir de uma construção histórica entre trabalho e educação na formação cultural do sujeito atuante, com uma identidade que especializa e especifica o lugar onde o sujeito participa.

Na vontade de tornar a escola um lugar em que se possa dividir o espaço, confrontar e concordar com ideias e ideais, aprender e ensinar, os sujeitos foram unindo conhecimentos à educação, à experiências, à novas teorias, etc. e inaugurando novos sistemas práticos de ensino. Com a Pedagogia da Alternância, formaram-se metodologias diferentes para a aplicação de sistemas funcionais no bojo da educação, especialmente no meio rural desse país, enaltecendo a necessidade dos que residem no campo e vivem dele para os demais sujeitos das áreas urbanas, com tantos direitos quanto quem mora nas áreas rurais do Brasil.

2.3 CASA FAMILIAR RURAL: RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O diálogo proposto entre escola, comunidade e aluno, através da Pedagogia da Alternância, principalmente no meio rural do país, inaugurou uma nova forma de educação no Campo brasileiro que possuía em seu objetivo a manutenção dos jovens estudantes no campo, ao contrário da lógica das escolas comuns da época, propondo uma grade curricular que contemple a realidade do sujeito e, ao mesmo tempo, este também tem a oportunidade de formar-se sob um ensino conhecido como integrado, que contempla a Educação básica e o ensino específico, podendo ser um ensino técnico.

A criação desta modalidade educativa, como propôs (CORDEIRO; REIS e HAGE, 2011, p. 120) está vinculada diretamente à iniciativa e influência da UNMFR (*Union Nationale des Maisons Familiales Rurales d'Éducation et d'Orientation*), que tinha como propósito inicial a proposta de uma formação integrada através de sistemas pedagógicos e metodológicos. Isso iniciou-se ainda em 1943, quando registrado pela primeira vez, na França.

Da mesma forma que o ensino se dá em outras formas de conduzi-los, ter uma Escola do Campo específica para esse meio e com características diferenciadas pelo modo de ensino é fundamental para a consolidação deste modo de educar. As Escolas no Campo raramente fundem-se com a realidade do aluno enquanto uma proposta para melhorar o sistema de ensino,

ao contrário, na maioria das vezes, as escolas do campo só levam o nome e mantêm um sistema de ensino básico como as demais escolas urbanas.

Em alguns casos, experiências sobre um novo sistema de ensino, nascido com a Pedagogia da Alternância, já têm se mostrado de excelente utilidade principalmente para o campo brasileiro e mais especificamente para as pequenas propriedades e propriedades familiares. As CFRs (Casas Familiares Rurais) são um exemplo disso, cujo objetivo vai além de simplesmente qualificar os jovens e/ou adultos estudantes, sendo muito importante também para uma educação humana, além da profissional, que formará um sujeito mais preparados para o pleno exercício da cidadania e também do cumprimento de seus deveres no meio social. Tal como preconizado na Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205 e na LDB 9394/1996 nos artigos 2; 22 e 35 § II.

Da mesma forma, a Pedagogia da Alternância têm servido de referência para outras experiências educativas que são efetivadas abrangendo os sistemas públicos de ensino e as universidades, especialmente mediante programas educacionais implementados pelo poder público nas várias esferas do governo, envolvendo a formação de educadores ou a escolarização dos jovens e adultos do Campo nos vários níveis e modalidades de ensino[...] como a definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (CORDEIRO; REIS e HAGE, 2011, p. 120).

Em conjunto com a Pedagogia da Alternância, a Educação no Campo veio a formar, mais recentemente, o que Fernandes e Molina (2003) chamaram de “neoconcepção educacional”, uma educação voltada para o campo, mas também formada pelos próprios trabalhadores rurais, com eles, para eles, tornando os “sujeitos da educação do campo os próprios sujeitos do campo”.

As Casas Familiares Rurais propõem metodologias diferenciadas para a educação. Além da Pedagogia da Alternância, as CFRs mantêm uma relação intrínseca com os familiares dos alunos, sendo importantíssimo para a manutenção dos jovens no campo, que percebem um real interesse em mantê-los estudando através do incentivo das famílias que vivem no campo por parte dos monitores que fazem parte do corpo docente das CFRs.

A manutenção dos jovens no campo não deu-se somente pela educação mais aproximada da realidade do aluno, mas também pela forma que esta é conduzida dentro das CFRs e pelos profissionais que são responsáveis pela construção desse importante meio de educar para o mundo. Os sistemas internos de inclusão dos jovens do campo no meio educacional das Escolas do Campo CFRs perpassam por uma construção político pedagógica das atividades desenvolvidas

localmente, sendo estas consideradas importantes para a economia e manutenção das famílias envolvidas no processo de construção do envolvimento comunitário e regional.

Os estudos são realizados antes da implantação da Casa Familiar Rural, observando as atividades potenciais locais e que mais combinam com o sistema de ensino adotado em conjunto com o da Pedagogia da Alternância. Além disso, a educação nessas escolas mantém-se de maneira alternativa, não sendo obrigatório a todos os moradores do campo, sendo possível o jovem escolher por estudar em outras escolas que não contemplem esse sistema de ensino.

Ainda pode-se dizer que, mesmo com todas as dificuldades encontradas atualmente nesse sistema de ensino, como a falta de incentivo econômico por parte das esferas governamentais, formação de professores que desconhecem a realidade dos educandos do campo, pouca disponibilidade de orientação técnica, etc., é um dos mais adequados para o campo, já que estas escolas também formam os jovens com conhecimentos suficientes para trabalhar na propriedade e, inclusive, em comunidades ou como técnicos, como é o projeto de certas CFRs espalhadas pelo Brasil.

A complementação entre conteúdos, espaços e tempos permite uma organização particular das escolas do campo, que tem a liberdade de escolha de calendários e Projetos Políticos Pedagógicos que mais estejam aproximados de sua realidade, como encontra-se na própria “LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n. 9394/96”, Art. 28, dá respaldo para que o calendário escolar seja organizado em função das particularidades de cada lugar. E até nas próprias DCEs (Diretrizes Curriculares Estaduais), que propõe que “repensar o espaço escolar e as formas de encaminhamento metodológico induzirá a uma reorganização dos tempos escolares”.

Assim, as propostas pedagógicas obedecem aos tempos disponibilizados pela realidade dos sujeitos envolvidos no processo educacional da escola, desde que cumpram o mínimo exigido pelas DCEs e pela LDB, podendo “considerar a dinâmica da vida no campo, com seus ciclos produtivos, [...] épocas de chuvas, entres outros, que devem ser considerados na elaboração do calendário escolar, evitando [...] a evasão ou o número excessivo de faltas de alunos durante determinados períodos do ano”. Podendo estabelecer um calendário próprio, os alunos podem ser inseridos no processo de Educação do Campo sem que estes faltem com o trabalho desenvolvido em suas propriedades juntamente com seus familiares, desenvolvendo técnicas e métodos na agricultura ou ramo que segue na propriedade. Nesse sentido, podendo

aumentar a produtividade e qualidade das atividades desenvolvidas e, por consequência, mantendo os jovens no campo sem o problema da evasão escolar ou a quantidade elevada de faltas dos alunos devido a necessidade destes em trabalhar nas propriedades para manterem seu sustento.

As CFRs têm espaços que vão além do desenvolvido somente no âmbito do conhecimento técnico e/ou básico, mas também mantém espaços e tempos destinados ao lazer e a diversão dos alunos, para que estes não se cansem da escola, mantenham um hábito de vida saudável através de exercícios físicos e, principalmente, continuem estudando na instituição se sentindo da melhor maneira possível, já que estes passam meio ano na instituição, se falar somente de um ano letivo. A adoção da Pedagogia da Alternância como método para a condução pedagógica da escola deu certo e agora tornou-se exemplo para as demais escolas que não contemplam educação e realidade local, o aproveitamento do tempo permitiu aos monitores e professores das CFRs uma formação, no processo ensino-aprendizagem, humana mais completa, tanto para os alunos quanto para os professores, pois estes mantêm relações sociais além da simples relação entre professor e aluno, tornando-se uma relação de confiança entre ambos, fazendo com que os alunos desenvolvam-se de maneira mais completa através da prioridade estabelecida entre alunos, professores, famílias e as atividades desenvolvidas nas propriedades e comunidades.

Ao participarem das visitas técnicas e das visitas as propriedades dos alunos, os professores, tanto da rede estadual de ensino quanto os da área técnica também conhecem a realidade dos alunos para os quais lecionam, fazendo com que a comunicação entre aluno e professor se torne mais completa através do entendimento das peculiaridades das famílias. Com isso, os professores e monitores, bem como pedagogos, desenvolvem atividades de modo a complementar os conhecimentos que os alunos já possuem.

As atividades são pensadas de modo que inclua a todos os alunos no processo de ensino aprendizagem, além do sistema considerado dentro da CFR que possibilita o diálogo sobre a vida real do aluno, através do sistema de “atendimento individual” colocado dentro do sistema de Pedagogia da Alternância, possibilitando ao professor inteirar-se do que acontece naquele momento com o aluno. Além disso, outro meio de compartilhar conhecimentos é através da “colocação em comum”, que é uma atividade que os alunos desenvolvem toda semana quando vão para casa. Estes devem fazer uma pesquisa, com os familiares e vizinhos na comunidade,

relacionada a atividade que será tratada durante a alternância de aula na escola. Assim, além da pesquisa, os alunos levam os assuntos para serem debatidos na comunidade e retornam à escola com o objetivo de coloca-los em comum para toda a turma e professores. Essa atividade possibilita a troca de conhecimentos e experiências pelos próprios alunos, além do compartilhamento da realidade de cada aluno com os colegas os tornando sujeitos da construção da Educação na escola.

As CFRs têm relações importantes com escolas do ensino básico da Base Nacional Comum (BNC), como no caso das Escolas do Campo CFRs do Paraná, segundo Teixeira e Antunes:

No Estado do Paraná as CFRs estão ligadas a alguma escola estadual, que é denominada Escola Base, a qual cede os professores para as áreas do currículo oficial do ensino fundamental ou médio, conforme o caso. Por sua vez, os conteúdos específicos da formação oferecida pelas CFRs são ministrados por docentes contratados pela Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, os quais têm formação superior em áreas afins com a agricultura, tais como agronomia, medicina veterinária, administração rural, zootecnia, nutrição; ou ainda têm formação de nível médio em áreas de interesse para as CFRs. Todos esses docentes que não pertencem à rede estadual são chamados de monitores. (TEIXEIRA e ANTUNES, 2011, p. 08).

Estes mantêm vínculo com as escolas base para o curso de formação profissional no sistema de ensino integrado, que consiste ter uma prática curricular para os alunos no que concerne à educação comum e básica e, ao mesmo tempo, através do ensino integrado, mantém um currículo de formação profissional com cursos das mais diversas áreas, dependendo, é claro, da realidade local no espaço em que cada instituição está inserida. Dessa forma, os períodos de aula contemplam manhã, tarde e noite. Durante a semana em que se está na escola e a semana em que os alunos estão em casa os mesmos tem a oportunidade de praticar o que foi preconizado durante a alternância de aula, seja na propriedade e/ou comunidade.

Essa prática teve uma boa aceitação pelas pessoas residentes nas áreas rurais do país, principalmente pelas pequenas propriedades e propriedades familiares, movimentando a Educação no Campo justamente para as pessoas que mais necessitam. Ainda, a configuração teórica da Educação do Campo perpassa pela sua forma de aplicação no que concerne às suas questões práticas, deixando a desejar, muitas vezes quanto ao seu objetivo e finalidade de formação.

Portanto, sendo assim, os textos que seguem apresentam uma realidade já consolidada na Casa Familiar Rural de Bituruna, que é uma escola do campo diferenciada por apresentar características de aplicação de metodologias que vai além de somente utilizar a Pedagogia da Alternância, ser uma escola do campo, estar localizada no campo, atender aos interesses e realidades dos sujeitos do campo, etc., mas que ensina os educandos a construir a sua própria história em busca de prepará-los para o mundo do trabalho e não apenas para o mercado do trabalho PASSADOR (2011).

3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO E GEOGRÁFICA DO UNIVERSO DA PESQUISA: MUNICÍPIO DE BITURUNA E A CASA FAMILIAR RURAL

Neste capítulo serão apresentadas as características gerais do município de Bituruna, considerando-se os seus aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais e econômicos. Dessa maneira, busca-se, de uma maneira geral, explicar a dinâmica da população do município para, em seguida, discutir sobre o papel da Casa Familiar Rural no dia a dia da população integrante no município e que está envolvida com a Educação dessa instituição. Ainda em tempo, faz-se necessário colocar em discussão o papel que a Casa Familiar Rural tem na vida dos estudantes e destes com seus familiares e formular uma discussão para além da composição da grade curricular e da necessidade (?) de um diploma por parte dos estudantes ou aprendizes.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BITURUNA – PR

Bituruna vem do tupi "*bitur*" (*ybytur* ou *ybytyra*), monte ou montanha + "una": negro: **monte negro** Ainda "ibi"...terra + "te"...alta + "una" ... negro: **serra negra**. Portanto, a origem do nome da cidade vem dos nativos que já habitavam a região antes de ser colonizada por imigrantes vindos principalmente da Europa, e significa Montanha Negra, devido às características topográficas que predominam no território biturunense e também das características físicas do solo do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA, 2015).

O município foi criado em 26 de novembro de 1954 pela Lei Estadual nº. 253 e sua Instalação deu-se em 14 de dezembro de 1955. O município possui sete assentamentos da reforma agrária instalados pelo INCRA e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, com 513 famílias residentes, os quais, parte dos jovens do campo e das áreas dos

assentamentos, estudam na CFR de Bituruna, além da escola atender a alunos de municípios vizinhos como General Carneiro e Coronel Domingues Soares, (PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA, 2015).

De acordo com suas características topográficas, o município de Bituruna localiza-se no sul do Estado do Paraná, a margem esquerda do Rio Iguçu ao norte a ao sul com o rio Iratim, no domínio do terceiro planalto paranaense ou Planalto de Guarapuava, com uma superfície de aproximadamente 1.124 KM², a uma altitude de aproximadamente 900 metros acima do nível do mar.

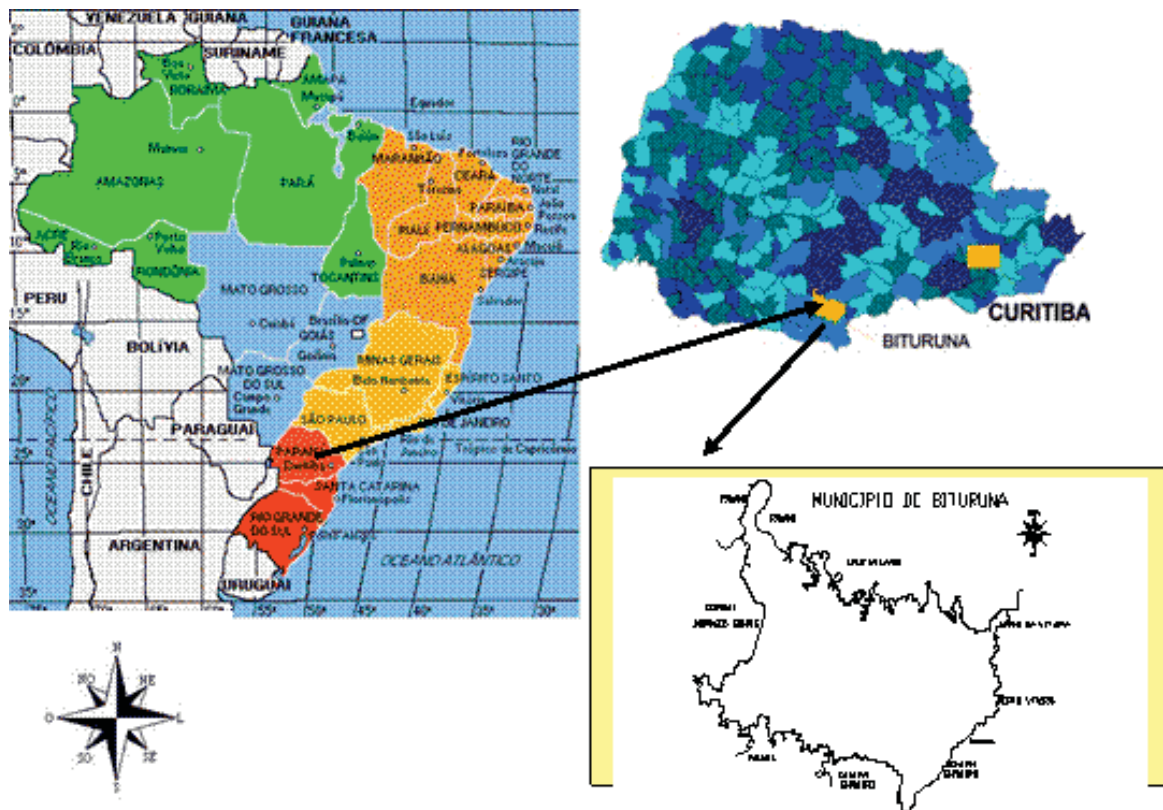


FIGURA 1: Mapas ilustrativos com a localização do município de Bituruna/PR. Fonte: Adaptado pela pesquisadora de <http://www.guianet.com.br>, www.cdcc.usp.br/cda/ensino-fundamental-astronomia/parte1a.html e Departamento de Transporte Obras e Urbanismo – Bituruna – PR, 2008.

Seu relevo varia de plano a fortemente ondulado, com desníveis de até 100m, o clima caracteriza-se por verões quentes e invernos com geadas frequentes. As chuvas concentram-se nos meses de verão. Os solos predominantes no município são: latossolos, associação de solos litólicos, afloramentos de rocha alterada e colúvios e solos aluviais.

De acordo com o IPARDES (2018) sua altitude é de 987 metros e sua Latitude é de 26 ° 09 ' 41 " S, sendo a Longitude 51 ° 33 ' 09 " W. O fuso horário do município é de 3 (três) horas de atraso em relação a Londres ou Greenwich. Delimita-se ao Norte com os municípios de Cruz Machado e Pinhão, ao Sul com os municípios de Palmas e General Carneiro, à Leste com os municípios de Porto Vitória e União da Vitória.

3.2 HISTÓRICO DA CFR DE BITURUNA

No que se segue, a Educação do Campo no município de Bituruna é e deve ser de extrema importância, já que o município possui cerca de 40% da população morando e vivendo “do” e “no” campo (IPARDES, 2015). Para tanto, mais do que necessário de Escolas do Campo que trabalhem a realidade regional dos camponeses, é também essencial a construção de uma Escola e Educação do Campo adequada à realidade dos envolvidos e que sirva à população local como um todo.

Nesse sentido, apresenta-se a importância da Casa Familiar Rural de Bituruna como uma instituição que faz parte da formação social dos educandos, como instituição social que busca, através da união de seus sujeitos, servir à realidade dos educandos de forma mais completa para a sua formação e com conhecimento técnico o suficiente para poder atuar em suas propriedades familiares.

Para tanto, tudo começou com a formação da Casa Familiar Rural com o intuito de apresentar uma escola alternativa à realidade dos sujeitos do campo. Logo tornou-se uma referência para quem morava no campo e queria estudar sem precisar sair do mesmo e ainda conseguisse conciliar a educação com o conhecimento empírico para desenvolver a propriedade de maneira mais significativa, evitando o esvaziamento do campo.

Em reuniões realizadas no CMDR (Conselho de Desenvolvimento Rural) e em estudos realizados a partir das atividades desenvolvidas nas áreas rurais do município de Bituruna, viu-se a necessidade da construção de uma escola que abrangesse a população do campo do município que mais necessitava de uma Educação de boa qualidade e que servisse para uma formação mais completa.

Essa ideia foi consolidando-se e, em conjunto com o apoio municipal e de órgãos como a EMATER, CMDR, agricultores e produtores rurais, começa então a formação de um grupo interessado em realizar um projeto para a implantação de uma escola do campo no

município e a partir de 1997 as reuniões realizadas pelos participantes e interessados pela implantação de uma nova escola que consiga vincular educação, trabalho e construção social dos sujeitos. Segundo registro ATA, de 1997, na primeira reunião realizada com o objetivo de dar início na construção da ideia de formalizar e consolidar a implantação da CFR de Bituruna ficou decidido o que segue:

Aos quatorze dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e sete, às treze horas e cinquenta minutos, na Casa de Formação da Matriz de Bituruna, situada a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, S/Nº, reuniram-se agricultores, representantes da Emater, da Prefeitura Municipal, do Centro de Estudos Supletivos, da Arcafar para a criação da Associação provisória da Casa Familiar Rural de Bituruna. [...] passou-se a composição da Associação Provisória da Casa Familiar Rural de Bituruna. Fez-se o levantamento das comunidades presentes e a indicação dos representantes na Associação que ficou assim constituída: Linha Bracatinga e Linha Palmas: Enarsin Cusin Parizotto; Rondon III: Clavina Brun; Criciúme: Joacir Néves de Souza; Volta Grande: João S. Santos; Sabiá: Gabriel França; Linha Bet: Vitor Bet; Jacutinga: Amélio Zambruski; Santo Augusto e Salto Bonito: Bronilde Rauvenda Vergopolan. Estabeleceu-se que no próximo dia vinte e sete de novembro do corrente ano a Associação Provisória da Casa Familiar Rural de Bituruna voltará a reunir-se para compor a diretoria que passará a cuidar do Estatuto que regerá o funcionamento da Associação, bem como registrá-lo e legalizar seu funcionamento. (p. 1).

No mesmo ano já houve a pesquisa para a demanda de alunos para ingressarem na escola a partir do ano seguinte, com início do curso de Qualificação em Agricultura no ano de 1998, inicialmente com uma turma, aumentando a quantidade de alunos e/ou turmas conforme a demanda.



Figura 02: Primeira turma iniciando os estudos na CFRB, e mais ao fundo a estrutura da antiga CFR.
Fonte: Acervo da CFRB 1998.

Portanto, a Casa Familiar Rural de Bituruna foi instalada no dia 1º de Junho de 1998, registrado no documento ATA – formalizada em cartório em 1997. Os responsáveis pela criação da CFR foram as famílias de agricultores familiares, dos primeiros estudantes, com o apoio da Emater, da Prefeitura, da ARCAFAR e outras entidades e pessoas interessadas na manutenção do trabalho familiar no campo.

A ideia inicial de implantação da CFR começou através da realização de um diagnóstico de viabilidade junto à Emater do município e os agricultores. O estudo apresentou a necessidade de formação dos jovens das propriedades rurais para o desenvolvimento da agricultura, permanecendo, assim, na agricultura desenvolvida pela família. Essa ideia foi se consolidando ao longo de, pelo menos, um ano, através de reuniões de esclarecimentos nas comunidades, visita a CFR da região de Barracão, formação de uma diretoria provisória para a criação da Associação da CFR, elaboração de uma lista de interessados para a primeira turma, escolha dos primeiros monitores através de concurso, estágios dos mesmos na CFR de Cândido de Abreu, definição do local de funcionamento de uma parceria com a comunidade da Linha Santa Catarina para utilização de suas instalações (pavilhão e escola). Tendo como formados, a primeira turma, estudantes de 1998-2001, ainda com o Ensino de Qualificação em Agricultura, curso ofertado para jovens que estavam cursando o ensino fundamental séries finais, ou seja, “5ª a 8ª série”, como era chamada na época.



Figura 03: Primeira turma a se formar no curso de Qualificação em Agricultura, nível fundamental, abril de 2001, em frente a escola nova. Na CFR de Bituruna – PR.
Fonte: Acervo da CFR de Bituruna.

A Escola do Campo – Casa Familiar Rural de Bituruna/PR (CFRB), fundada em 1º de junho de 1998, caracteriza-se por ser uma escola comunitária que trabalha com a formação integral de jovens oriundos da agricultura familiar. Seu principal objetivo, nesses anos de existência, foi preparar seus alunos do modo mais abrangente possível, sem deixar de ser adaptado à sua realidade, a fim de que os mesmos possam desencadear um processo endógeno de desenvolvimento sustentável no meio rural biturunense.

Desde o início, o modelo educacional adotado pela CFRB foi a Pedagogia da Alternância que busca integrar as formações geral, humana e técnico-profissional através de uma sequência evolutiva de vivências, por períodos semanais, no meio familiar-comunitário alternados a períodos e também semanais, no meio escolar.

Essa sequência de períodos alternados inicia-se no meio familiar-comunitário, onde ocorre a prática profissional, a convivência familiar e o relacionamento social na comunidade. É nesse espaço que o jovem encontra oportunidades para embasar concretamente sua formação através da reflexão pessoal e discussão de temas de sua realidade com os familiares e vizinhos. No período seguinte, o jovem permanece no meio escolar em convívio com outro grupo social formado pelos colegas e monitores, o que amplia suas oportunidades de desenvolvimento humano. Nesse período, cada jovem apresenta sua realidade sobre um determinado tema de

estudos, constituindo, juntamente com as realidades dos colegas, um manancial de experiências e saberes que, pela reflexão, discussão e confrontação com os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, possibilita ao jovem ampliar e aperfeiçoar seus próprios conhecimentos. Na sequência, ele volta ao meio familiar onde faz a experimentação de seus novos conhecimentos, o que traz melhorias à propriedade rural e também provoca o surgimento de novas dúvidas que estimulam a curiosidade e a busca de novos conhecimentos nos próximos ciclos de alternância. Com a realização de visitas nas propriedades, os alunos abstraem melhor o conhecimento que lhes é passado e que é trabalhado durante a semana de alternância na escola, como pode-se observar na imagem a baixo, em uma visita a propriedade rural de um dos alunos para a realização de atividades/aulas práticas.



Figura 04: primeira turma da CFRB em uma visita à propriedade rural de um aluno.
Fonte: Acervo da CFRB 2001.

No começo do projeto da Casa Familiar Rural, havia apenas o curso de Qualificação em Agricultura, que contava apenas com monitores da área técnica, depois veio a somar mais o curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, iniciado em 2006, com conteúdos técnicos e da Base Nacional Comum, que além de atender os jovens com uma educação de qualidade, também os prepara para atuar como técnicos em suas propriedades ou nas de terceiros,

trabalhando melhor na orientação, execução e planejamento das atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais.

4. A CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA – PR: CARACTERÍSTICAS E COTIDIANO

Em consonância com a Pedagogia da Alternância, a Casa Familiar Rural de Bituruna faz uma reunião pedagógica semanal, sempre as segundas-feiras onde são discutidos todos os problemas institucionais e também delegadas as funções para o andamento das atividades semanais, como visitas às propriedades e visitas de estudo.

Para um bom andamento das atividades, a escola preza por conservar o período das horas-atividades, que proporciona aos professores uma garantia de que seus trabalhos sejam elaborados com qualidade, o que torna a Casa Familiar um espaço agradável e realmente voltado para a Educação.

A Casa Familiar Rural de Bituruna entende que a educação deve ser completa, capaz de fazer com que o indivíduo saiba interagir em qualquer ambiente, que seja um ser crítico, consciente de seus atos, podendo usufruir dos direitos que a constituição lhe garante. Deve estar preparado para os desafios profissionais que o aguardam, e obter ferramentas que permita-o o alcance do sucesso, do qual, todos os profissionais da escola devem fazer parte.

Através da Pedagogia da Alternância, percebemos que o jovem do campo encontra uma base sólida, que compreende suas necessidades e anseios, isso por dedicar à ele, uma aprendizagem diferenciada, onde é realizado um atendimento personalizado, que faz com que a equipe conheça todos os problemas e necessidades dos alunos, identificando assim as causas que levam ao baixo rendimento escolar, e tentando, na medida do possível, fazer os encaminhamentos necessários para que tais situações sejam revertidas.

Nesse sentido a escola assume sua função social, promovendo condições para que as transformações que buscamos, consigam influenciar as representações que os sujeitos envolvidos nesse processo tem de sua realidade e a partir dessa análise o aluno consiga buscar subsídios que possam contribuir com sua emancipação, tanto econômica quanto política, social e cultural. Portanto constitui-se num grande desafio para a comunidade escolar definir as principais necessidades e conseqüentemente soluções para os problemas verificados atualmente em nossa sociedade.

Salienta-se a importância do papel da escola na vida do aluno, onde esta não deve preocupar-se somente com a aquisição de conhecimentos, mas, sobretudo com a formação de um homem livre, consciente de sua importância para a sociedade e que necessita entrar em contato com o conhecimento historicamente construído e acumulado pela humanidade e ao mesmo tempo construir seus valores e sua personalidade. Segundo Paro (2007) no contexto de uma sociedade democrática, a função da escola sintetiza-se na formação do cidadão em sua dupla dimensão: individual e social. Assim a escola deve preocupar-se com a formação integral do indivíduo.

Neste sentido, os objetivos da CFR de Bituruna são:







- Contribuir na formação integral de jovens provenientes do meio rural, tornando-os conscientes de seu papel enquanto integrantes da sociedade, e capacitando-os ao desenvolvimento de suas propriedades, diminuindo assim, a êxodo rural, e fornecendo meios educacionais teóricos e práticos que os levem a sustentabilidade;
- Procurar fornecer aos jovens, uma Educação capaz de condicioná-los a superar desafios sociais e educacionais;
- Manter um envolvimento entre escola e família, possibilitando assim, ações conjuntas que beneficiem a instituição de ensino, bem como seus membros;
- Procurar promover a formação não só do jovem, mas da família, através de visitas periódicas nas propriedades, relacionando saberes científicos e empíricos, de modo a transformar e melhorar a realidade familiar;
- Proporcionar ao jovem do Campo um ambiente familiar, onde sejam enfatizados diariamente noções de caráter como: solidariedade, comprometimento, cidadania e respeito, entre outros;
- Valorizar os profissionais da educação, proporcionando capacitação periódica e dando condições para que realizem seus afazeres pedagógicos.

A carência de uma melhor estrutura física, ainda faz com que a escola esbarre na falta de qualidade na realização das atividades propostas pelo PPP (Projeto Político Pedagógico), como acomodar de maneira mais digna os jovens em regime de internato no que diz respeito aos dormitórios, cozinha, refeitórios, salas de aula mais amplas e equipadas, banheiros e local para práticas esportivas, pois a estrutura física que possui a escola, é apenas o reaproveitamento de um espaço destinado anteriormente para um outro projeto que compunha um antigo viveiro florestal

municipal. Portanto, a Casa Familiar Rural ainda não possuía, até 2011, um local adequado e próprio.

As fotos seguintes, retratam a estrutura física da CFR:

	
<p>Figura 05: Sala utilizada pelo 1º ano da CFR. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>	<p>Figura 06: Laboratório de Informática utilizado na CFR. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>
	
<p>Figura 07: Acesso aos banheiros e higienização na CFR. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>	<p>Figura 08: Refeitório. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>
	
<p>Figura 09: Biblioteca. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>	<p>Figura 10: Cozinha. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>

	
<p>Figura 11: Sala dos professores. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>	<p>Figura 12: Área para realização de atividades práticas. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>
	
<p>Figura 13: Espaço de lazer. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>	<p>Figura 14: Área externa da CFR. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>
	
<p>Figura 15: Horta. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>	<p>Figura 16: Dormitório masculino. Fonte: Acervo da CFRB, 2015.</p>



A seguir, apresentam-se algumas características da Pedagogia da Alternância, em específico, na CFR-Bituruna.

4.1 ATENDIMENTO INDIVIDUAL

O atendimento individual consiste na prática que o professor faz em ouvir os alunos de uma forma mais reservada para que este possa ficar a vontade para explicar a realidade que está passando naquele momento, tanto quanto à família quanto ao seu desenvolvimento para com as atividades na escola.

Quando os professores começaram as aulas na CFR, começaram a usar da conversa e do diálogo com os educandos para melhor se informarem sobre suas realidades. Assim, os alunos tinham a oportunidade de conversar com os professores com uma proximidade maior, o que tornava o diálogo e a comunicação mais eficaz, tornando o ensino, de certa forma, mais eficaz e sólido ao contexto maior da educação. Essa prática se tornou mais comum a cada dia e foi se consolidando com o passar dos dias, tornando-se uma prática de relevante importância para o sistema de Pedagogia da Alternância na CFR de Bituruna.

O atendimento individual é de extrema importância e eficácia, pois é através dele que os professores e/ou pedagogos conhecem melhor o aluno e a família do mesmo, através de uma relação mais solidária e de confiança, estabelecendo um vínculo entre professor e aluno, fazendo com que este último, com mais confiança, expresse melhor a sua expectativa com relação à escola, aos professores, aos familiares, auxiliando, assim, no modo e na qualidade do “ensinar/aprender”.

Um das particularidades apresentadas pela Pedagogia da Alternância, em conjunto com as necessidades para uma Educação do Campo de qualidade, é a proposta de atendimento individual aos educandos. Essa prática têm por objetivo o conhecimento da realidade dos alunos por parte dos professores para que estes possam planejar atividades de acordo com tal realidade e que os mesmos possam realizar as visitas nas propriedades dos alunos de acordo com a necessidade de cada educando, como pode ser percebido na seguinte imagem:



Figura 18: Atendimento individual na CFR de Bituruna/PR.
Fonte: Acervo CFRB, 2015.

Tanto para os professores quanto para os alunos, o atendimento individual não consiste apenas na conversa ou no diálogo entre ambos, pois é a partir dessa prática que os professores organizam-se para fazer as visitas nas propriedades dos alunos para a compreensão da realidade do educando a partir da observação da propriedade, para, somente assim, poder organizar as atividades de acordo com as realidades dos educandos e as dificuldades que os mesmos apresentam.

4.2 MESA DA PARTILHA

Quando a Casa Familiar Rural de Bituruna começou a ser instalada, logo no início, a dificuldade para manter os alunos durante as alternâncias na escola encontrava-se em vários aspectos, dificultando também, por consequência, o exercício da boa qualidade de ensino. Dentre as dificuldades encontradas, a alimentação era considerada uma das mais necessárias para ser resolvidas rapidamente, já que as negociações com a ARCAFAR e com uma parceria ainda recente com o município não resolveu essa necessidade já nas primeiras instâncias de atuação da CFRB.

Em discussão e diálogos realizados pelos integrantes da associação que faz parte para a manutenção da CFRB e com os pais, professores e alunos, ficou decidido que toda alternância de aula dos alunos, cada um traria uma quantia mínima de 2 kg de alimentos, de preferência, que é produzido na propriedade para ajudar na estadia durante a semana de aula.

Essa prática ganhou boa aceitação por parte dos alunos, pais e professores, e tornou-se uma tradição ao longo da consolidação da CFRB. Quando os acordos foram estabelecidos e parcerias foram formalizadas, a prática de levar alimentos toda semana de aula para a escola/família continuou sendo mantida, dessa forma manteria a tradição de contribuição para a alimentação, melhoraria a variedade na alimentação e, além do mais, a contribuição semanal com a alimentação aumenta e melhora o espírito de compartilhamento entre os alunos.

4.3 VISITA ÀS PROPRIEDADES RURAIS

Toda semana, pelo menos uma vez por semana, os alunos e professores realizam visitas às propriedades rurais com o intuito de ver e analisar na prática o que pode ser trabalhado durante a semana na CFR. Além disso, as visitas às propriedades na maioria das vezes diz respeito ao tema discutido durante a alternância.

A escolha de cada tema em que é dada prioridade durante a alternância varia de acordo com a necessidade da produção da época, além disso, as atividades consideradas para a discussão são as mais diversas, mas sempre dando ênfase naquelas que mais se adaptam as diferentes realidades dos educandos.

4.4 VISITA ÀS PROPRIEDADES DOS ALUNOS

Os alunos realizam atendimento individual na escola e, na semana seguinte, sempre que possível, os professores fazem uma visita à sua propriedade durante a alternância em que este encontra-se em casa para recebê-los.

As visitas não acontecem sempre, mas pelo menos uma vez ao ano por propriedade por aluno, e servem para os professores analisarem a realidade dos alunos na prática. Assim, avalia-se a qualidade das propriedades das famílias, a forma como estas desenvolvem as atividades tratadas nas alternâncias, e analisa-se também sobre o que o aluno expôs no atendimento individual para que possa-se considerar, através dos aspectos avaliativos e sociais de inserção nas atividades propostas pela CFR, uma melhor forma de manter o vínculo da escola com o aluno através da visão que os educadores têm da realidade dos alunos.

Essa prática propõem uma forma diferente de utilizar da pedagogia para avaliar e entender as realidades propondo, além do entendimento do contexto dos educando, mas também uma formação pedagógica diferenciada para os professores, o que faz com que estes possam melhorar as suas atitudes e técnicas pedagógicas servindo à prática da experiência, tendo, assim, uma maior eficácia no processo ensino-aprendizagem entre professores e alunos.

4.5 PRÁTICAS DE ESTÁGIO

Assim como todo curso profissionalizante, as práticas de estágio fazem parte do currículo dos jovens que estudam na CFRB. Os jovens tinham, até 2011, práticas de estágio no 1º, 2º e 3º ano no curso técnico, com 60, 100 e 140 horas de estágio por ano, respectivamente.

As práticas de estágio são definidas de acordo com o potencial de cada propriedade e a realidade da mesma. Os estágios podem e devem ser desenvolvidos em propriedades totalmente voltadas aos objetivos do curso e da CFRB, ou seja, com ênfase em atividades agrícolas ou pecuárias.

Essa prática serve para que os jovens desenvolvam atividades de forma prática em propriedades, aprendendo, assim, novas técnicas de desenvolvimento das atividades com os familiares que recebem os jovens para a realização dos conteúdos aprendidos, colocando em prática os conhecimentos adquiridos.

Ao longo dos três anos em que os jovens passam pela CFR desenvolvem o equivalente a 300 horas práticas de estágio, além das atividades, aulas, cursos complementares e PPVJ (Projeto Profissional de Vida do Jovem), que fazem parte do currículo formador dos

sujeitos da escola. Além disso, todas as práticas de estágio são acompanhadas de um relatório de todas as atividades desenvolvidas, realizada pelos próprios alunos. Servindo, assim, também para que outros alunos que estejam interessados em outras atividades para desenvolvê-las possam consultar o que foi praticado e vivido por um colega. Portanto, servindo também para a socialização dos conhecimentos adquiridos não só por parte dos alunos que os exerceram, mas também para os demais que se interessarem pela atividade trabalhada.

Essa contribuição não fica só no campo da escola-aluno, também é realizado o compartilhamento de informações e conhecimentos por parte dos alunos para com os familiares e dos alunos para com as pessoas residentes nas propriedades em que estes realizaram os estágios.

4.6 PROJETO PROFISSIONAL DE VIDA DO JOVEM (PPVJ)

Durante a estadia na CFRB, ao longo dos três anos, os jovens vão analisando as potencialidades de desenvolvimento, ampliação ou melhoramentos em projetos que sirvam para melhorar o desenvolvimento da propriedade como um todo.

Ao final do curso, já no último ano, os jovens têm o dever de organizar e escrever o PPVJ, com a devida orientação técnica, para apresentar para banca ao final do ano para posterior aprovação ou reprovação de tal projeto.

Para tanto é necessário que o aluno desenvolva o projeto voltado para a realidade de sua propriedade, com um bom embasamento teórico sobre a atividade que será trabalhada, os aspectos econômicos de investimentos, custos, materiais, mão de obra, técnicas eficazes, etc. servindo, tudo isso, para uma melhor solidez na construção do PPVJ conferindo-lhe uma base de exercício e uma configuração mais totalitária, sendo útil para o bom desenvolvimento das atividades através do planejamento necessário e melhor gestão das propriedades. Dessa forma, podendo haver a possibilidade, se implantado e praticado, da melhora na qualidade de vida da família e complementação na obtenção da renda familiar.

4.7 AULAS DE CAMPO PRÁTICAS

Na CFRB os alunos promovem, junto com a orientação dos professores, aulas práticas de campo que servem para executar, na prática, o que foi discutido e debatido em conjunto com os professores e colegas a partir de discussões teóricas e das atividades na

alternância em que estes encontram-se na escola, que são necessárias às propriedades considerando-se a realidade das potencialidades do município e de cada propriedade.



Figura 19: Prática de campo realizada em uma propriedade rural, co alunos e o proprietário ensinando sobre o desenvolvimento das atividades.

Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 20: Prática de campo realizada na CFRB, com alunos e professores trabalhando em conjunto.
Fonte: Acervo do autor, 2015.

É nas aulas práticas que os alunos mais aprendem sobre o que é discutido durante a socialização das realidades e conteúdos estudados na CFR. É através da prática de campo, seja na CFR ou em visitas à propriedades para a realização de práticas de campo, que os educandos desenvolvem de forma mais completa e eficaz as técnicas de ação das atividades a serem desenvolvidas, pois é através dessa forma pedagógica de que há o pleno desenvolvimento da relação entre os sujeitos e o meio de ação. Além disso, a compreensão dos conteúdos torna-se mais efetivo quando o sujeito desenvolve as atividades na teoria e, depois as pratica, exercitando tanto o bom funcionamento do cérebro quanto do corpo físico, havendo uma união entre o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de ação dos sujeitos sob o meio em que estes fazem parte.

4.8 COLOCAÇÃO EM COMUM

Durante os ciclos de alternância vividos na CFRB e os ciclos de alternância em casa, os alunos desenvolvem atividades que são socializadas na escola. Essas atividades fazem parte de um calendário temático de atividades propostas durante o ano para o caderno de alternância,

caderno que contém os temas a serem estudados e trabalhados cada alternância durante o ano todo e com diferentes temas por idade/série. Esse caderno de alternância faz parte dos materiais utilizados pelos alunos para melhor se localizar quanto as atividades a serem desenvolvidas durante as alternâncias, também contém temas, os quais serão trabalhados e estudados pelos alunos e professores, que são desenvolvidos pelos próprios alunos e familiares.

Esses temas são estudados durante os ciclos em casa através de perguntas esclarecidas com os pais, familiares ou vizinhos, além do próprio conhecimento do aluno. Os alunos coletam essas informações em forma de respostas às perguntas da temática e transformam em um texto para ser socializado na volta à escola.

Quando retornam, reúnem-se para apresentar o que foi pesquisado com os pais, familiares e vizinhos, apresentando para os colegas e para os professores realidades diferentes sobre uma mesma temática, formas de serem trabalhadas, técnicas utilizadas, materiais e ferramentas utilizadas, épocas de uso etc. Cada realidade, cada técnica diferente ou conhecimento de experiência vivida é suficiente para enriquecer a troca de informações e transformá-las em conhecimento. Assim, pode-se desenvolver atividades e ou formas de produção com técnicas mais eficazes para o desenvolvimento das atividades nas propriedades a partir da troca de experiências dos alunos, e destes com a socialização com os familiares quando na alternância de volta para a casa, relacionando o que foi aprendido com os colegas para com a família.

Durante a colocação em comum também há a contribuição dos professores, tanto os da área técnica quanto os da área da base nacional comum, para com uma melhor socialização dos conteúdos trabalhados nas alternâncias. Além disso, o aluno desenvolve técnicas de comunicação ao público através da realização de uma breve apresentação da sua pesquisa para a turma. Isso serve para o melhor desenvolvimento intelectual e social dos alunos, e contribui também para o enriquecimento cultural dos estudantes e professores.

4.9 INSERÇÃO DOS ALUNOS NAS ATIVIDADES DA ESCOLA

Em um mundo cada vez mais qualificativo e especializado, há a necessidade, sem muitas discussões, da ampliação dos conhecimentos técnicos para entrar na vida do trabalho da melhor maneira possível para que possa ter uma boa qualidade de vida a partir de um bom e respeitado trabalho. Mas isso só serve, por vezes, ao interesse do mercado de trabalho e prepara

muitas pessoas somente para um trabalho específico e deixa os seres humanos reféns do desenvolvimento de uma própria e única atividade.

Na CFRB os alunos além de aprender várias atividades para serem desenvolvidas nas propriedades destes, também aprendem a inserir-se nas atividades diárias da CFR, contribuindo para a organização e ao mesmo tempo aprendendo a tornarem-se mais independentes. Atividades como lavar louça, limpar as salas, limpar o refeitório, arrumar a própria cama, manter limpo os alojamentos, manter organizado e limpo a estrutura externa da CFR, etc. faz parte das atividades diárias realizadas por parte dos educandos. Essas atividades contribuem de maneira significativa para a formação humana dos sujeitos da escola e também para a contribuição nas atividades básicas em casa, quando estes retornam à propriedade.

Atualmente todas essas atividades fazem parte da Pedagogia da Alternância aplicada na CFRB em conjunto com as atividades pensadas por todos os sujeitos da Educação do Campo e que fazem parte do espaço no qual as comunidades, pais, professores, agentes locais, entidades, etc. fazem parte integrante da construção teórica e prática da educação voltada para este meio de atuação, produção e de vida.

Em detrimento das mudanças que vêm acontecendo nesses três últimos anos, assim como a educação no Estado do Paraná e no Brasil como um todo, a CFRB também encontra dificuldades de manter as atividades propostas em bom funcionamento durante o ano todo. A diminuição das horas de dedicação dos professores do ensino básico na eficácia das aulas na escola tem dificultado a continuidade da implantação de todas as atividades que têm como proposta. Além disso, houve a diminuição no efetivo de professores técnicos, precarizando também o ensino que mais objetiva a formação na CFRB para os sujeitos que residem no campo.

Segundo o relato dos professores, houve também a mudança curricular dos alunos, sem a prévia consulta dos alunos por parte da Secretaria de Estado de Educação (SEED) para saber se o novo currículo de formação, tanto do Ensino Médio quanto do Curso Técnico em Agropecuária, seria de boa aceitação e qualidade que possa atender os requisitos mínimos conforme as necessidades básicas dos sujeitos do campo conforme as suas realidades. Também a rotatividade dos professores, baixa remuneração dos profissionais e a sobrecarga de trabalhos tornam o ensino na CFRB cada vez mais difícil. E com uma estrutura de funcionários e de máquinas para realizar aulas práticas, bem como da falta de um laboratório para realização de experimentos, afetam diretamente a qualidade da educação na escola.

Já não é novidade que a educação brasileira passou e passa por várias mudanças em diversos aspectos (pedagógicos, políticos, econômicos, etc.) na medida em que os sujeitos vão construindo ações, atividades e propostas que se molde a interesses mais amplos, seja de uma comunidade camponesa, que preconiza a educação voltada a sua realidade agrária, seja em um projeto amplo que priorize somente a viabilidade econômica das pedagogias adotadas.

Quando trata-se de Educação do Campo, esta também muda com o passar dos anos e vai adquirindo configurações que podem melhorar a qualidade de ensino e dos objetivos estipulados pelo conjunto dos sujeitos, ou pode alterar vários aspectos que a deixe cada vez mais frágil.

Com relação a Casa Familiar Rural de Bituruna, as mudanças mais profundas, que alteraram completamente a dinâmica escolar que estava sendo desenvolvido apareceram mais rotineiramente a parti do ano de 2012, em que houve mudança na grade curricular alterando as ordens e quantidades de disciplinas ofertadas ao longo dos anos do curso. Isso afetou diretamente os professores com dedicação exclusiva ao ensino regular da CFR. As disciplinas de Geografia, Filosofia, Sociologia e História ficaram distribuídas por ano de ensino, e eram ofertadas alternadamente, dificultando, dessa maneira, a permanência dos/as educadores/as na escola e, por conseguinte, as atividades que anteriormente eram desenvolvidas.

Essas pequenas mudanças, junto com o fim da dedicação exclusiva, que propunha maior disponibilidade de tempo e dedicação dos educadores para com os educandos e a escola, foram suficientes para alterar a disponibilidade de tempo e presença dos/as educadores/as na CFR, uma vez que a diminuição das disciplinas a cada ano, deixava livre um outro tempo que necessitava ser preenchido com tempo aula em outras escolas, ou seja, logo os/as educadores/as não conseguiam acompanhar de maneira mais completa os alunos quando estes estavam na escola em regime de internato, e menos ainda, disponibilidade para acompanhá-los na propriedade e/ou comunidade.

A alteração da grade curricular não foi construída em conjunto com os sujeitos da CFRB, o que acaba por dificultar o ensino, vindo como uma proposta de fora, como imposição, por parte do governo do estado do Paraná, para iniciar os testes sobre o aumento da carga horária para as disciplinas de português e matemática, e reduzindo outras como história, geografia, filosofia e sociologia, através da reorganização do Projeto Político Pedagógico a partir de 2011.

O cenário continuou piorando, quando a ARCAFAR-SUL (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil) começou a passar por sérias dificuldades financeiras e políticas organizativas. A instabilidade da associação, que até então fazia a gestão dos recursos para a manutenção das CFRs no estado do Paraná, em conjunto com as Secretarias de Educação do Estado e do município, fez com que o governo estadual estabelecesse novos critérios para a manutenção da parceria.

Nesse momento, o governo estadual, através da secretaria de educação, diminuiu o repasse orçamentário para a associação e iniciou um processo forçoso de enfraquecimento da qualidade de ensino, culminando na desconfiança dos pais dos jovens do campo, tornando a procura por jovens para suprir as necessidades das vagas disponíveis, cada vez mais difíceis de preenche-las, sabendo que a diminuição da procura influenciaria diretamente na organização política das escolas, justificando a alteração da forma de financiamento e até, possivelmente, como aconteceu posteriormente, as CFRs entrarem em regime de fechamento de turmas.

A partir 2015, o cenário da educação como um todo mudou no estado do Paraná, e em específico a Educação do Campo, tiveram drásticas alterações, principalmente no que se refere a disponibilidade de recursos financeiros para a manutenção das Escolas do Campo. O governo estadual do Paraná alterou a forma de contratação dos profissionais nas CFRs, que antes se dava através da ARCAFAR-SUL, em que o convênio, existente desde 1994 até 2015, entre Secretaria Estadual de Educação e ARCAFAR-SUL, dispunha de orçamento próprio para a educação, e associação fazia a gestão de tais recursos, contratando os profissionais e operacionalizando as CFRs.

O desafio da Educação do Campo exige empenho dos sujeitos envolvidos para que esta não se deteriore enquanto acontecem as mudanças nas esferas governamentais, através de implantação de mudanças legais nos cenários políticos do Estado. Na perspectiva de continuidade do ensino a partir das CFRs, recentemente, os movimentos que articulam a Educação do Campo no Estado do Paraná, solicitaram a SEED maior fortalecimento econômico e político para manutenção deste importante sistema de educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo demonstra relativo crescimento dentro dos debates políticos, a mesma ainda necessita ganhar solidez e eficácia para colocar-se como algo que se torne mais do

que necessário, mas sim o mais adequado para o campo brasileiro, levando-se em consideração os sujeitos do campo como partes integrantes dos sistemas pedagógicos atuantes em seu meio educacional.

Por isso, a análise do sistema de Pedagogia da Alternância é considerado, dentre os sistemas utilizados, a pedagogia que possibilita o trabalho e o acesso ao ensino, pois este considera a realidade dos sujeitos tanto para a educação quanto para o trabalho e a vida. Não desprezando o sentido econômico para contribuição social, esse sistema baseia-se na melhor utilidade do tempo disponível pelos jovens para a configuração da realidade do trabalho. Ainda, as Casas Familiares rurais que incluíram o sistema de Pedagogia da Alternância puderam confirmar as boas práticas de ensino através da aplicação teórico-prática de um sistema de união de sujeitos e necessidades.

Com todo um conjunto de práticas aliadas as teorias da educação as CFRs destacam-se entre os sistemas educacionais de qualidade, desde que, é claro, as políticas públicas auxiliem, em todo um contexto, os sujeitos que participam dessa construção prática e histórica.

Ainda, a escola/família proporciona uma maior inclusão dos alunos tanto nas atividades técnicas quanto nas disciplinas do Ensino Básico, quando consideram importante o desenvolvimento do conhecimento através da inserção dos familiares nas atividades formativas da CFR, além disso, visitas em propriedades rurais diferentes que mantêm atividades que servem de exemplo para futuras pesquisas dos jovens proporciona aos mesmos um aprendizado diferenciado através de exemplos práticos mais explicativos.

A visita nas propriedades aliada às aulas práticas funcionam como partes de um sistema complementar da Educação do Campo na CFR, tornando o aluno integrante do processo, e por conseguinte, formando jovens mais experientes, já que estes conseguem aprender e ensinar mais e melhor a partir da análise teórica exposta em sala de aula e a sua eficácia, através das aulas práticas de campo, no desenvolvimento das atividades práticas.

Segundo Luis Antônio Giacomini, “professor da CFR de Bituruna-PR, a Casa Familiar Rural promove o desenvolvimento integral dos estudantes, notadamente, nos aspectos sociais, de convivência e relações interpessoais, além de desenvolver o senso crítico dos mesmos, fortalecendo a autoestima das famílias camponesas pela valorização que a CFR dá aos seus conhecimentos”.

Percebe-se que a educação exercida na escola passa por várias dificuldades, devido as decisões governamentais, mudanças pedagógicas, articulações políticas frágeis e a própria dificuldade de envolvimento da comunidade por completo. Nesse sentido, a possibilidade de fortalecimento para a continuidade do projeto de Educação do Campo defendido pelas CFRs passa por uma reorganização do PPP, das parcerias para manutenção econômica e estrutural e, principalmente, pela apropriação da educação fornecida através da CFR, por parte dos sujeitos das comunidades camponesas, jovens, instituições de assistência técnica, etc. Observando que a forma de inclusão dos jovens do campo na educação, perpassa por uma dinâmica pedagógica diferenciada que permita estudar, trabalhar, experimentar e praticar.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a educação no município de Bituruna-PR, em específico, a Educação do Campo ensinada a Partir da Casa Familiar Rural, teve relativo crescimento qualitativo quanto a configuração do ensino/aprendizagem a partir de métodos organizativos específicos para os sujeitos do campo. Mas também, a partir das mudanças no cenário político estadual e federal, houve influência direta no sistema de ensino, com relativa piora na qualidade e influenciando diretamente na dinâmica dos educandos/as e educadores/as durante a vivência na escola. Ainda, as metodologias e parcerias, bem como a legislação, deverá ser melhorada em vários fatores para que tenha melhora na qualidade e na prática do ensino, sabendo que depende das ações das instituições públicas das esferas municipal, estadual e federal, o papel de assegurar o direito de acesso e manutenção da educação, e aos movimentos sociais do campo e da cidade a luta diária para que estes direitos não sofram medidas de retrocesso e que os mesmos sejam cumpridos na prática.

7. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete; FRIGOTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação no Campo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ATA. LIVRO ATA DA CASA FAMILIAR RURAL DE BITURUNA.

CORDEIRO, G. N. K.; HAGE, S. M.; REIS, N. S. **Pedagogia de alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade no Campo**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo. Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de Subsídios, GTP, Educação do Campo, Brasília, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. CURITIBA: SEED, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico: município de Bituruna**. IPARDES, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Agricultura Familiar; primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Agricultura Familiar; primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL: o caso da escola do Campo no Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA. Disponível em: <http://www.bituruna.pr.gov.br/caracteristicas>. Acesso em: 04/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA. Disponível em:
<http://www.bituruna.pr.gov.br/historia>. Acesso em: 04/08/2015.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção: Caminhos da Educação do Campo).

TEIXEIRA, E. S.; ANTUNES, L. C. **Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região sudoeste do Paraná**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, set./dez. 2011.

8. ANEXOS

(1). QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DE COLETA DE DADOS⁴

Casa Familiar Rural de:

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA CASA FAMILIAR RURAL (CFR)

1.1: Data de instalação da CFR:

1.2: Documento que registra a implantação da CFR (Ata - Cópia, lei, etc.):

1.3 Quem foram os responsáveis pela criação da CFR?

1.4 Como foi a implantação da CFR? Qual foi a tramitação? Quem foram as pessoas que auxiliaram?

1.5 Como foram os primeiros anos de trabalho na CFR?

1.6 Como foi a participação da ArcafarSul durante a instalação da CFR?

⁴ O presente questionário consiste em um instrumento de coleta de dados acerca das Casas Familiares Rurais do Núcleo Regional de União da Vitória/PR. Os dados obtidos serão utilizados para caracterizar a dinâmica destes espaços. A metodologia empregada na construção do questionário foi a de Lakatos e Marconi (2003).

1.7 Como foi a participação da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal (outras entidades, etc.) na implantação da CFR?

1.8 Onde funcionava inicialmente a CFR e como eram essas instalações? (Fotos, depoimento).

1.9 Quem definiu o nome da CFR? Por quê? Quem é/era a pessoa?

1.10 Que aspectos históricos importantes durante a história da CFR podem ser destacados?

1.11 Existe algum registro da primeira turma formada pela CFR? Em que ano foi? Existe lista? Fotos?

2. PERFIL DA CASA FAMILIAR RURAL (COLÉGIO E ALUNOS)

2.1. PERFIL DA CASA FAMILIAR RURAL

2.1.1 Quais são os requisitos (critérios de seleção) de ingresso na CFR?

2.1.2 Quais são as turmas em funcionamento?

2.1.3 Quais são as particularidades das turmas na CFR?

2.1.4 Como são as instalações da CFR (quartos, cozinha, banheiros, horta, espaços comuns, salas de aula, diretoria, outros espaços);

2.1.5 Quais são os professores e equipe pedagógica que atuam por área na CFR (Estado)?

2.1.6 Quais são os técnicos que trabalham na CFR (ArcafarSul)? São responsáveis por o que?

2.1.7 Quais são os pontos positivos (potencialidades) da CFR?

2.1.8 Quais são os pontos negativos (fragilidades) da CFR?

2.1.9 Quais seriam as melhorias necessárias à CFR?

2.1.10 Como acha que está a Educação do Campo no país, município ou CFR?

2.1.11 Existe alguma outra forma de contribuição financeira que a CFR recebe?

2.1.12 Existem projetos desenvolvidos pela CFR? Quais? Em quais áreas?

2.1.13 Existem projetos realizados em parceria com instituições, associações, prefeitura, etc.? Quais?

2.2 PERFIL DOS ALUNOS

2.2.1 De onde são os alunos atendidos pela CFR?

2.2.2 Qual é faixa etária dos alunos que frequentam a CFR?

2.2.3 Com relação à descendência étnica, como é o perfil dos alunos?

2.2.4 De que forma se deslocam até a CFR no início da semana?

2.2.5 Como contribuem para a manutenção financeira da CFR?

2.2.6 Como é a rotina diária dos alunos na CFR? Detalhar o máximo, por dia da semana e horários.

2.2.7 Qual é o número de alunos por turma na CFR este ano?

2.2.8 Qual é o perfil, em geral, da propriedade dos alunos? É familiar? Quais são as maiores produções?

3. SOBRE A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

3.1 De que forma funciona os períodos de alternância na CFR?

3.2 Quais são as atividades que os alunos desenvolvem quando estão em suas casas?

3.3 Como é feita o diálogo entre a CFR e os pais? É um diário? (Fotos, imagens, etc.).

3.4 Existe mais algum instrumento de registro das atividades que os alunos desenvolvem em casa?

3.5 Como são avaliadas as atividades feitas em casa?

3.6 De que forma a alternância contribui para a formação do aluno e sua permanência no campo?

3.7 Quais são as disciplinas oferecidas (base comum e curso técnico)? (Projeto Pedagógico).

4 SOBRE AS DISCIPLINAS DE BASE COMUM

4.1 Como são trabalhadas as disciplinas de base comum na CFR?

4.2 Os professores são formados na área de atuação?

4.3 São desenvolvidos projetos disciplinares ou interdisciplinares na CFR? Quais? Já existiram? Quais?

4.5 Qual a diferença de se trabalhar na CFR? Em relação às escolas normais?

5 SOBRE O CURSO TÉCNICO

5.1 Qual é o curso técnico ofertado pela CFR? Desde quando?

5.2 Existe algum planejamento ou projeto político específico deste curso? (Síntese, resumo).

5.3 Qual a carga horária do curso técnico?

5.4 Como é o projeto de finalização de curso que o aluno desenvolve? Como se chama? Quais são as normas?

5.5 Existe algum projeto que foi referência, que deu certo? Ou seja, que foi aplicado pelo aluno em sua propriedade e que continua gerando lucro ou tendo visibilidade?

5.6 Que outras disciplinas poderiam ser ofertadas pelo curso técnico para complementar o aprendizado dos alunos?

Questionário aplicado por:

Questionário respondido por:

_____ NOME COMPLETO E CARGO

Data: ____/____/____.

Autorização para utilização dos dados nos trabalhos acadêmicos:

_____ NOME COMPLETO E ASSINATURA

Responsável pela CFR

Autorização para utilização dos dados em trabalhos acadêmicos:

_____ NOME COMPLETO E ASSINATURA

Diretor do Colégio Base